

Governo trava PCS apesar da pressão dos servidores

AGORA É GREVE DIA 6!

Governo Lula impede votação do PCS-4 na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados; agora é preciso construir a greve nacional já

O governo Lula não permitiu que o projeto de lei que revisa os salários dos servidores do Judiciário Federal, e que se contrapõe à proposta do Planalto de congelamento, fosse aprovado, na manhã da quarta-feira 28, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

Em meio a um plenário lotado de servidores de diversos estados do país, o PL 6613/2009 foi retirado de pauta porque corria o risco de não ser aprovado por conta dos votos da bancada governista.

Não foi definida nova data para que ele retorne à pauta, o que pode ou não ocorrer na próxima sessão. “O governo não quer aprovar e alega que é preciso negociar o problema orçamentário já, não quer que a proposta tramite sem a solução para o problema orçamentário”, relatou Ana Luiza Figueiredo Gomes, da direção da federação e integrante do movimento LutaFenajufe.

Após participar da atividade na Câmara, ela disse à reportagem que o governo “quer enrolar” e que, por isso, é preciso preparar já a greve nacional da categoria. “Tem que construir a greve, já se passaram 120 dias e nada acontece. Não somos contra ter uma negociação agora, mas se vai negociar já tem que negociar com greve”, defendeu. “O que está óbvio é que a proposta do governo para nós servidores é o congelamento”, constatou.

Fotos Valcir Araújo



Servidores no ato unificado na Câmara, contra o congelamento

A não votação da proposta fez com que os mais de 300 servidores que ocupavam os setores reservados para a plateia no Plenário 12, do Anexo II da Câmara, deixassem o local prometendo responder com mobilização à investida do governo. “Agora é greve”, disse Célia Vaz, da Justiça do Trabalho do Paraná e coordenadora do Sinjutra. “Essa comissão é a que menos trabalho nos dá, se está assim nela, imagina nas outras”, disse. Ela avalia que, em ano de eleições, a greve da categoria, em especial na Justiça Elei-

toral, fará os parlamentares e a administração do Judiciário se mexer. “Com a greve no TRE, vai ter deputado pulando que nem batatinha”, disse. “Vamos para a ampliada decidir a greve”, conclamou.

O movimento LutaFenajufe defende que a reunião ampliada convocada pela federação nacional (Fenajufe) para o domingo 2, em Brasília, ratifique o indicativo do congresso nacional da categoria e aprove o início da paralisação por tempo indeterminado para o dia 6 de maio. Agora é greve.

A luta pelo PCS enfrenta a política econômica e salarial do governo Lula

Os banqueiros, sempre eles, estão vibrando com os resultados iniciais de 2010. “Os balanços dos bancos no primeiro trimestre prometem ser surpreendentemente bons para esse período do ano, em geral mais fraco”, escreveu o jornal “Valor Econômico”, especialista em assuntos dessa área.

Já no ano passado, em meio à explosão da crise capitalista mundial, os bancos brasileiros bateram recordes de lucro – talvez os únicos no mundo que conseguiram tal proeza.

Pois é assim, com banqueiros felizes e faturando como nunca, que o presidente Lula encerrará os oito anos de governo.

Nesse período, mais de R\$2 trilhões terão sido repassados pelos cofres públicos da União para banqueiros e especuladores a título de pagamento dos juros das dívidas públicas.

Por outro lado, e é sintomático que seja assim, se depender de Lula o segundo mandato terminará sem que esse governo tenha concedido um único reajuste linear ao funcionalismo, coisa que a Constituição determina, mas ele, assim como FHC, não faz.

Na Câmara dos Deputados, o Planejamento joga duro para impedir a tramitação do PCS-4 dos servidores do Judiciário Federal e do MPU, patrocina um projeto que pode congelar os salários por dez anos e briga para impedir um índice de reajuste maior para as aposentadorias do INSS. Neste último caso, o que está em disputa, e alguém do governo já disse que pode quebrar o país, gira em torno de

crime ambiental o estado entrará com quase todo dinheiro da obra (BNDES com juros de 4% em 30 anos, isenção fiscal de R\$ 6 bilhões etc), enquanto o setor privado cuida dos lucros.

É por isso que é inaceitável a postura dúbia de muitos dirigentes sindicais, divididos entre apoiar as lutas dos trabalhadores ou defender a continuidade desse governo.

Não haverá PCS-4 sem muita luta. Essa frase é tão verdadeira quanto fácil de dizer. Mas é preciso dizer também quem enfrentaremos e como. Esse governo não é nosso, é contra nós. E é

contra a política aplicada por ele para os trabalhadores em geral, e os serviços públicos em especial, que temos que lutar. Para isso, em um ano que será tomado pelo processo eleitoral, a única saída é construir já a greve nacional da categoria.

Aos banqueiros, tudo; aos servidores, a força da lei que congela salários

algo que não passará, para a maioria dos aposentados, de R\$ 18,00 a mais no bolso – preço médio de uma pizza simples, de mussarela.

De quebra, ainda repete FHC nas privatizações e leilões: para impor a usina hidrelétrica de Belo Monte, passou por cima de uma liminar, que vigorava na hora em que o leilão ocorreu, ignorou os movimentos sociais e, agora, ainda ameaça processar quem recorreu à Justiça para tentar barrar o processo.

Como na época do PSDB/DEM no governo, neste tão denunciado

Acompanhe a luta pelo PCS em www.lutafenajufe.org.br

Fotos Valcir Araujo



Servidores durante a sessão do dia 28 da Comissão de Trabalho da Câmara: aumentar a pressão pelo PCS

Marcha contesta PL que congela salários e mostra a força da unidade da categoria

Ato reúne mais de 2 mil servidores em Brasília, expõe a insatisfação com o PL 549 e mostra a necessidade de construir a luta e a greve unificada

Há muito tempo não se via tantos servidores de tantos segmentos do funcionalismo juntos numa mesma manifestação em Brasília, que teve a presença de trabalhadores do Judiciário e do MPU. Quem esteve na marcha nacional do funcionalismo contra o congelamento de salários viu essa retomada das ações conjuntas arrancar do relator do PLP 549/2009, que muda a Lei de Responsabilidade Fiscal e “engessa” os serviços públicos, a promessa de que o seu parecer atenderá a quase “todas as reivindicações da categoria”.

O deputado Luis Carlos Busato (PTB-RS) esteve por alguns minutos no ato do funcionalismo, que começou nas ruas na manhã do dia 15, uma quinta-feira, e continuou à tarde nas dependências da Câmara. Saudou a manifestação e disse que fora convencido de que a proposta é ruim para o país.

Vice-líder do governo, admitiu que ela levará ao congelamento de salários: os limites de crescimento estabelecidos no projeto, que tem apoio do governo Lula, seriam consumidos apenas pelo chamado aumento vegetativo da folha de pagamento, decorrente de progressões, aposentadorias etc.

'Derrubar o projeto na Câmara'

Ao terminar de falar, Busato foi interrompido pelo servidor Antonio Melquiades, o Melqui, que pediu ao deputado que não tentasse “melhorar” o projeto, mas que fosse contrário à proposta. “Esse projeto tem que ser derrubado na Comissão de Trabalho”, disse Melqui, que é dirigente da federação nacional e integra o movimento LutaFenajufe.

O deputado deixou a tribuna sem responder ao apelo. Mas logo depois, falando à reportagem, que perguntou se o seu relatório “melhoraria” ou seria contrário ao PLP 549, disse que pelo que havia visto até agora a tendência seria um “parecer contra o projeto”.

Ele disse que pretende entregar o parecer no dia 5 de maio e que, caso o presidente da Comissão de Trabalho concorde, a proposta seria posta em votação na sessão do dia 12.

Reunião posterior das entidades que compõem a Cnesf (coordenação nacional dos servidores) definiu 5 de maio como Dia Nacional de Luta, com atos nos estados e presença de servidores em Brasília. A próxima plenária dos federais será no dia 23 de maio.

Protesto no Planejamento

O ato organizado pela Cnesf e pela Frente Contra o PLP 549 começou, com muito barulho, por volta das 10 horas na Catedral, fez a obrigatória parada no Ministério do Planejamento, por onde tudo que envolve dinheiro tem que passar, e caminhou em direção à Câmara dos Deputados.

Para isso, contornou as barreiras impostas pelo Exército, que ocupou parte da capital em virtude da reunião de presidentes ‘emergentes’ que ocorria no Palácio Itamaraty.

Foram quase cinco horas de protestos, parte delas sob o sol forte. “Na última manifestação que fizemos aqui, derrubamos o PL 92, o projeto com que o governo queria privatizar os serviços públicos, agora precisamos dessa unidade para derrubar os projetos que congelam os salários, atacam o direito de greve e ameaçam com a demissão de servidores”, disse, do carro de som, o servidor Saulo Arcangeli, da coordenação-geral da Fenajufe - a federação participou da organização da atividade.

Ao final do evento, os trabalhadores deixaram a Câmara dos Deputados sob clima vitorioso, de que o ato contribuiu muito para o avanço da luta contra o congelamento e os demais projetos ‘anti-servidor’. Mas retornaram a seus estados levando a certeza de que muita mobilização ainda será necessária para vencer essa batalha.

Foto Valcir Araujo



Funcionalismo na Marcha a Brasília do dia 15 de abril: servidores unidos na Cnesf contra o congelamento salarial e projetos que ameaçam o direito de greve e podem levar a demissões

Congresso garante ampliadas deliberativas e aponta o início da greve para o dia 6

Mas manutenção da filiação à CUT, braço sindical do governo, é um perigo para a categoria; é preciso exigir que a direção da Fenajufe encaminhe as lutas sem vacilar

Foto Paulo Almeida



Servidores posam para a foto final do Congrejufe, no final de março, em Fortaleza: preparar a greve já

O 7º Congresso Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU apontou a construção da greve nacional da categoria como caminho para conquista do PCS-4.

Ao mesmo tempo, no aspecto da organização sindical, decidiu que, doravante, todas as reuniões ampliadas convocadas pela direção da federação têm que ser deliberativas.

Embora as resoluções políticas do encontro tenham deixado de fora críticas mais duras às políticas do governo Lula e, além disso, tenham mantido a filiação à CUT, estas duas decisões indicam posições importantes da categoria:

1) que não há ilusões quanto à boa vontade do atual governo em conceder reajustes: só com mobilização será possível deter a política de congelamento salarial e de ataque aos direitos dos trabalhadores;

2) que as decisões sobre essa organização e luta não podem ficar nas mãos de meia dúzia de dirigentes sindicais, como ocorreu no ano passado, quando o setor majoritário da federação, temendo que a participação da base resultasse em deci-

sões que não lhes agradasse, resolveu que as reuniões seriam apenas consultivas – isso em meio a um momento decisivo para o envio dos projetos ao Congresso.

A importância dessas posições – que na prática apontam para a atuação independente e negam qualquer cartabranca à direção da Fenajufe – não anulam o fato de que a federação segue ligada à CUT. Central que já foi combativa, mas que hoje é braço sindical governista e, em muitos momentos, integra o próprio governo Lula.

E isso é um perigo para os direitos

conquistados pela categoria – sempre sob ameaça – e para as suas lutas. É preciso estar atento para isso e cobrar desta direção que atue de modo independente e autônomo diante de governos e administrações.

Enfim, que não vacile diante das imposições do Planalto e que coordene de forma democrática e transparente as lutas da categoria. Os servidores que participam do LutaFenajufe e foram eleitos para direção da federação vão cobrar isso. Mas essa é uma tarefa de toda categoria.

A Fenajufe não pode ficar de fora da Cnesf

A Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais retomou a liderança das lutas da categoria.

É por meio desse fórum que os servidores voltaram a ocupar as ruas e o cenário político-sindical, na luta contra o congelamento salarial e demais projetos que atacam a categoria. É um grande esforço pela unidade na luta.

Não faz sentido, portanto, que a Fenajufe fique de fora dessa coordenação. Essa posição defendida e aprovada pelo setor majoritário no 7º Congrejufe vai contra a própria história de luta da federação. A decisão do congresso diz que a Fenajufe só voltará a integrar a Cnesf quando esta mudar a sua postura e voltar a defender os interesses dos servidores. Pois não é isso que ela está fazendo?